

## REPRESENTAÇÃO DO NEGRO: A LEI 10639/03 NO ENSINO PÚBLICO ESTADUAL NA CIDADE DE POUSO ALEGRE – MG.

Bruna Fátima de Brito\*

Andrea Silva Domingues\*\*

### Resumo:

*Este artigo teve como objetivo a realização de uma análise sobre como o denominado escravo e/ou afro-brasileiro – é representado nos livros didáticos, do 6º ano ao 9º ano, destinados ao ensino fundamental da rede pública estadual da cidade de Pouso Alegre e discutir a implementação da lei n.º 10639/03, que se refere à obrigatoriedade do ensino da cultura africana e afro-brasileira no sistema escolar. Metodologicamente, exploramos as memórias diversas contidas no livro didático e nos discursos através das imagens, cabendo ainda reforçar a utilização de livros didáticos atuais como fonte de análise. Em uma análise preliminar das memórias contidas nos livros didáticos adotados no ensino fundamental na rede pública estadual como fonte desta pesquisa, foi possível perceber que os conteúdos referentes à cultura africana e afro-brasileira ainda trazem as representações calcadas pela ideia de folclore – um indicativo do controle tendencioso da identidade nacional, pois as imagens representadas no cotidiano são facilmente apreendidas e absorvidas sem questionamento.*

**Palavras-chave:** ensino; cultura africana; cultura afro-brasileira; identidade.

### Abstract:

*This study aimed to carry out an analysis of how the so-called slave and / or african-Brazilian - is represented in textbooks, 6th grade to 9th grade, for the elementary school of public schools in the city of Pouso Alegre and discuss the implementation of law No. 10639/03, which refers to the obligation of the African culture teaching and african-Brazilian in the school system. Methodologically, explore the various memories contained in textbooks and speeches through the images, leaving further enhance the use of existing textbooks as a source of analysis. In a preliminary analysis of the memories contained in textbooks adopted in primary education in public schools as a source of this research, it was observed that the contents related to African culture and african-Brazilian still bring the representations tamped by folklore idea - an indication of biased control of national identity because the pictures represented in everyday life are easily grasped and absorbed without question.*

**Keywords:** teaching; African culture ; african -Brazilian culture ; identity.

\* Possui Graduação em Turismo (2008), especialização em História, Sociedade e Cultura (2011), graduação em História (2014), mestranda no Programa de Pós Graduação em Ciências da Linguagem pela Universidade do Vale do Sapucaí. E-mail: [brunabrito\\_86@hotmail.com](mailto:brunabrito_86@hotmail.com)

\*\* Possui graduação em História Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1999), mestrado (2002) e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007). Atualmente é professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (mestrado e doutorado) e professora titular do Curso de História, na Univás. E-mail: [andrea.domingues@gmail.com](mailto:andrea.domingues@gmail.com)

## Introdução

O livro didático apresenta-se como um dos principais instrumentos na iniciação do aluno na leitura, Smith (1989) aponta que prática hoje exercida precariamente e por poucos, numa época em que ler representa conviver em sociedade, sendo este material nosso principal objeto de análise, pois, como nos aponta Dias:

O livro didático pode ser um veículo de expressão de estereótipos que expandem uma representação negativa do negro e uma representação positiva do branco. O professor pode vir a ser um mediador inconsciente dos estereótipos se for formado com uma visão acrítica das instituições e por uma ciência tecnicista e positivista, que não contempla outras formas de ação e reflexão. (DIAS, 1984, p. 43).

Vivemos numa sociedade pós-moderna, na qual os sujeitos, sem identidade fixa e/ou permanente, para Hall (2009) “podem ser transformados continuamente em relação às formas pelas quais são representados ou interpelados pelos sistemas culturais que os rodeiam, indicando que a identidade é definida historicamente”. No Brasil, há outros “brasis” compostos por variados grupos étnicos; logo, analisar como se dão suas representações merece atenção porque “as identidades são formadas e transformadas no interior da representação”.

Assim, numa época em que o ensino da história africana e cultura afro-brasileira se tornam obrigatórios<sup>4</sup> com o intuito de desmistificar a inferioridade brasileira, propomo-nos a pensar em como o livro didático vem trabalhando as questões referentes à implementação da lei n.º 10639/03 no ensino público estadual da cidade de Pouso Alegre (MG).

O artigo teve como propósito entender como a cultura afro-brasileira e africana são representadas nos livros didáticos e interferem na construção ideológica dos educandos, buscando perceber como a escola auxilia na quebra de resistências de se aceitar as diferenças do outro, podendo assim mostrar que a etnia não faz o caráter do ser humano.

Como nos ensina Santana:

---

<sup>4</sup>A lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003, alterou a lei nº 9394/96, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

A participação dos africanos e dos afrodescendentes aparece na História brasileira como segundo plano, capítulo menor, calcada no estereótipo, folclorizada ou romanceada, e comumente fora de foco. A discriminação invisível, corroborada pelo mito da democracia racial, encobre diversos aspectos essenciais à vida desta significativa parcela da população brasileira como, por exemplo, o direito a conhecer, em profundidade, e ter valorizado a sua participação na história de construção do país. A desqualificação de sua identidade cultural – marcada pela herança que a origem africana lhe confere – e a frequente culpabilização por sua situação econômico-social degradada são fenômenos que geram, entre outros constrangimentos, baixa auto-estima. E, de outro lado, esconde a riqueza de parcela importante da sua cultura, história e identidade brasileiras (SANTANNA, 2001, p.13).

É por tomarmos por base tal contexto que analisamos como se dá a representação do negro no conteúdo dos livros didáticos destinados à rede pública de ensino, sobretudo porque o material didático é portador de um discurso destinado à formação de cidadãos.

Sob essa perspectiva, uma leitura dessa representação proposta por Chartier, e discurso, proposto por Foucault, se faz necessária para permitir que a sociedade perceba as maneiras de construção das identidades, dos sujeitos, dos comportamentos, das realidades, e como esses modelos são lançados nos conteúdos escolares. Sobre representação Chartier (1990) aborda que “as lutas de representações têm tanta importância como lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus e o seu domínio”. As representações não se isolam, nem ficam neutras, elas falam através de suas propriedades e das práticas sociais.

A análise também possibilita a reflexão sobre como se dá a materialização das relações e formas de poder na Educação e, para isso, conta com os estudos de Michel Foucault, que defende a existência de micro poderes espalhados na sociedade e que são responsáveis pelo exercício do controle e modelagem dos sujeitos.

Considerando que as identidades não estão acabadas e fixas, mas sim em contínuo deslocamento e (trans)formação, as representações do negro construídas pelo poder e sua carga discursiva possuem tempo e espaço e, por isso, merecem atenção, como ressalta Hall (2009) “As identidades nacionais estão sendo deslocadas, devemos ter em mente a forma pela qual as culturas nacionais contribuem para “costurar” as diferenças numa única identidade.

Em uma análise preliminar das memórias contidas nos livros didáticos adotados no ensino fundamental na rede pública estadual como fonte desta pesquisa,

foi possível perceber que os conteúdos referentes à cultura africana e afro-brasileira ainda trazem as representações calcadas pela ideia de folclore – um indicativo do controle tendencioso da identidade nacional, pois as imagens representadas no cotidiano são facilmente apreendidas e absorvidas sem questionamento.

No caso específico do negro, as crianças convivem na escola com uma visão distorcida da história dessa raça, seja através da omissão dos fatos ou de uma visão não historicizada. De modo geral, a história, ao trabalhar com a questão racial, apresenta o negro somente como escravo, dando-nos a impressão de que os africanos trazidos para o Brasil já viviam nessa condição indigna desde que foram capturados pelos mercadores de escravos (GOMES, 1995, p.58).

Para as escolas é mais fácil trabalhar a imagem do negro como folclore, porque muitas vezes o preconceito, que ainda é muito grande, faz com que se esqueça que a cultura afro-brasileira constitui a identidade brasileira.

Com isso buscamos perceber a construção identitária dos negros no livro didático, a partir da análise das imagens de Debret e Rugendas, que se ressignificam no material didático de História do Ensino Fundamental do sexto ano ao nono ano, cujos conteúdos são divididos em quatro volumes da coleção “*Saber e Fazer História*”.

Selecionamos neste momento, a discussão acerca das imagens de dois artistas - Debret e Rugendas - pois suas obras são representadas nos livros didáticos, através de diferentes imagens, a maioria delas inseridas nos livros didáticos atuais. Iniciaremos nossa discussão pelas imagens de Debret.



Imagem 1 - Feitores castigando negros, pintura de Jean – Baptiste Debret<sup>5</sup>

Jean Baptiste Debret, autor da imagem 1, nasceu em Paris, no ano de 1768. Frequentou um ateliê de pintura, ingressou na academia francesa e dedicou-se a

<sup>5</sup> DEBRET, Jean-Baptiste (1768-1848). Disponível em *Coleção Saber e Fazer História* (p. 134). Livro Didático do 7º ano.

celebração dos feitos napoleônicos. Debret chegou ao Brasil, em 1816, aos 48 anos de idade.

A Imagem 1, representada por Jean- Baptiste Debret, mostra o negro amarrado, sendo castigado pelo feitor. Está é considerada uma imagem forte e marcante, trazendo o homem branco como senhor em posição de superioridade, tornando o escravo, o negro inferior. O livro didático apresenta uma visão negativa do negro, mantendo a imagem, o discurso de subordinação, de controle e de formas de repressão. Cabe ainda ressaltar que esta imagem representa parte do cotidiano dos escravos em nosso país, porém nos livros não se discute a resistência que havia diante dos castigos que eram aplicados quando observamos a forma que se apresenta na imagem. Historicamente, havia a resistência desses homens que lutavam contra os atos da escravidão. No entanto, a imagem traz embutida em sua forma e significação um discurso de poder, uma visão histórica de dominação, não se explora o discurso para além da imagem no livro didático.

Essa imagem produzida por Debret demonstra a relação social de dominação e submissão, conforme se pode observar na forma que o artista explora a posição do corpo do negro em vertente do homem branco, reforçando a visão estereotipada do negro escravo no Brasil, a imagem reforça a condição de vida dos cativos em nosso país como fáceis de dominação e subordinação. Ao observarmos a imagem produzida por DEBRET (1989), percebemos uma visão tradicionalista da história no que se refere ao negro, pois a maioria de suas imagens utilizadas em sua obra “Viagens pitoresca e Histórica ao Brasil”, foram extraídas para uso em livros didáticos. Essas imagens demonstram o escravo em várias modalidades de serviço rural e urbano e sempre em situação de trabalho.

O problema maior destas imagens é que elas perpetuam uma visão negativa da escravidão, pois colocam o negro sempre ligado à condição de escravo, ao trabalho e ao sofrimento, não se explora e ou se explica qual a condição deste homem escravo, pois neste momento da história brasileira há uma variedade de ofícios no Brasil executados por escravos forros e livres. No entanto, as imagens produzidas e reproduzidas nos livros didáticos, em sua maioria, ainda trabalham com as representações ligadas à dor, castigo e sofrimento, reforçando desta maneira este instrumento pedagógico como um instrumento de legitimação e contribuidor para a manutenção de uma determinada construção histórica na memória coletiva de nosso país:

O livro didático e a educação formal não estão descolados do contexto político e cultural e das estruturas de dominação, sendo, muitas vezes, instrumentos utilizados na legitimação de sistemas de poder, além de representativos de universos culturais específicos. Sua elaboração não parte, exclusivamente, de interesses pré-estabelecidos, mas incorpora, também, as concepções de história e os sistemas de valores dos autores e de seu tempo (FONSECA, 2012, p.7).

Observamos que a reprodução das imagens no livro didático reafirmam, legitimam a questão da subordinação, e isto não está desvinculado de interesses ideológicos, pois a memória é um instrumento de poder.

Assim faz-se necessário pensarmos nos discursos reproduzidos por estas imagens, na linguagem ensinada por elas, a qual não é um mecanismo neutro sem interesses, mas sim um importante instrumento de constituição da vida social e das identidades.

Identidade é definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia (HALL, 2013, p.13).

Através das imagens apresentadas nos livros didáticos, percebemos que as identidades estão sendo continuamente deslocadas, e são utilizadas, acionadas para produzir significações, que possibilitem o desenvolvimento de relações de poder, constroem sentimentos de subordinação, negação das origens afro-brasileiras, reforçando discursos de dominação do homem branco sobre o homem negro.

Observemos outras imagens de Debret, representadas no livro didático:

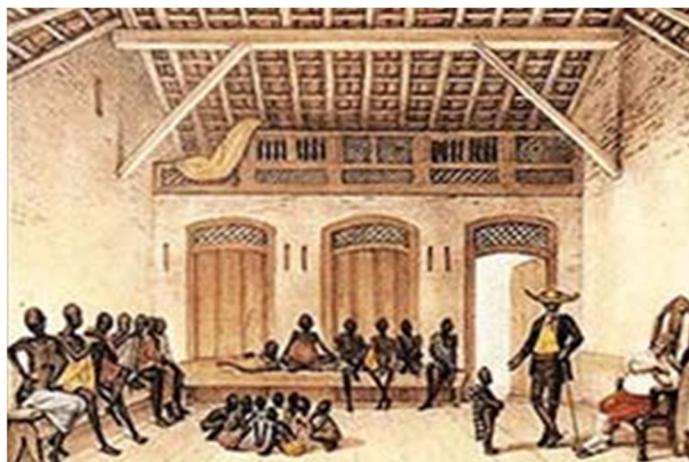


Imagem 2 - Negros no Mercado de escravos.

Na imagem 2, notamos a representação do espaço onde os escravos eram negociados. É uma imagem que nos permite observar diferentes elementos culturais

desses sujeitos históricos, pois se trata de um grupo composto em sua maioria por mulheres e crianças, descansando em bancos e ou no chão, detalhadamente, as mulheres com seios expostos. Ou seja, é um espaço de exposição do negro como mercadoria onde os senhores do engenho, sentados como detentores do poder, adquirem seus escravos.



Imagem 3 - Homem Negro descalço.

A imagem 3, negro descalço, se significa em sua maioria comparada com as outras imagens do livro didático para o aluno, uma imagem de inferioridade, na qual o branco vem sempre vestido, com calçados, e o negro de pé no chão, reforçando novamente a imagem estereotipada de inferioridade. Esta imagem demonstra que realmente o livro didático não se insere nas ações afirmativas, como nos afirmam MUNANGA e GOMES:

As ações afirmativas constituem-se em políticas de combate ao racismo e à discriminação racial mediante a promoção ativa da igualdade de oportunidades para todos, criando meios para que as pessoas pertencentes a grupos socialmente discriminados possam competir em mesmas condições na sociedade (MUNANGA; LINO, 2006, p. 186).

Prosseguindo nossa análise, trataremos agora de algumas imagens utilizadas nos livros didáticos, extraídas de obras de Johann Moritz Rugendas, pintor alemão, que nasceu em 1802, na cidade de Augsburg, formado na Academia de Belas Artes de Monique, e que chegou ao Brasil, em 1821, permanecendo até 1825.

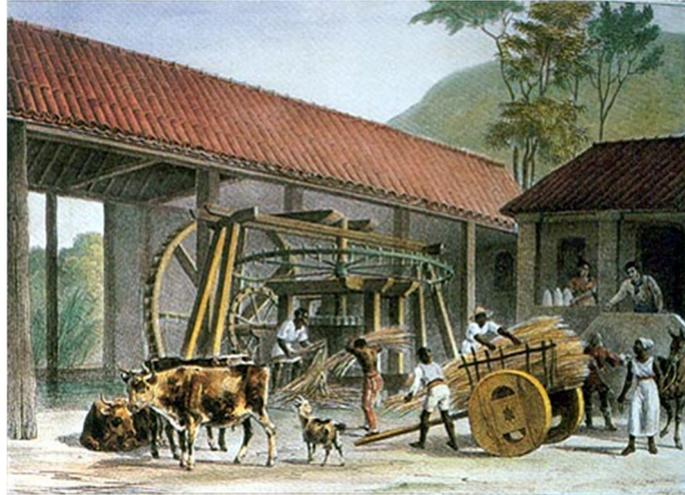


Imagem 4 - Negros trabalhando na moenda de Cana<sup>6</sup>

A imagem 4 faz parte das obras de Johann Moritz Rugendas, pintor, desenhista e documentarista que participou da expedição de Langsdorff, no Brasil em 1821. Passando por Minas Gerais, Rugendas retratou em suas pinturas e desenhos, os escravos em várias situações do dia-a-dia. O desenhista ilustra o trabalho com a cana de açúcar e percebe-se que os negros estão trabalhando na moenda de cana, sendo observados por homens brancos do alpendre da casa, conduzindo o leitor a uma percepção aparente de que o serviço estava sempre pela supervisão de seus senhores. Observemos que a imagem tenta mostrar os negros envolvidos com o trabalho, de forma passiva, na produção do caldo de cana, reforçando a ideia de submissão, pois as causas que não são visíveis nessa imagem, são representadas em outras como o castigo ao negro que não cumprisse suas tarefas, como verificamos na imagem a seguir:

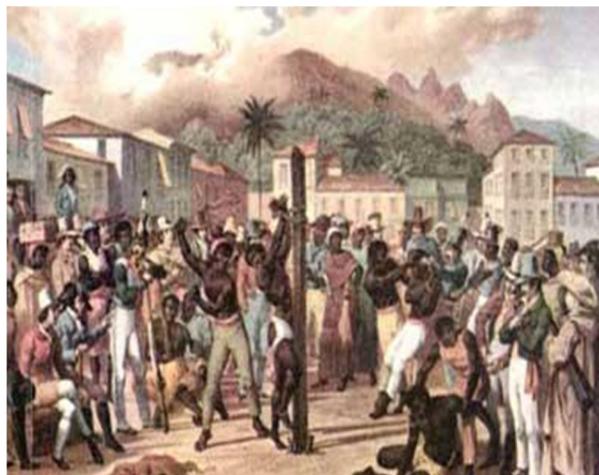


Imagem 5- Escravo sendo castigado

<sup>6</sup> RUGENDAS (1802-1858). Disponível em *Coleção Saber e Fazer História* (p. 135). Livro Didático do 7º ano.

A imagem 5, também produzida por Rugendas, é uma das tradicionais nos livros didáticos. Representa a aplicação do castigo ao escravo que não atendesse os padrões de seus senhores, seja por este ter fugido, roubado, cometido crimes de morte ou de não realizar as tarefas cotidianas, resistindo às formas de viver como escravo, opondo-se ao sistema escravista. Na imagem 5, o homem negro apanha na frente de outros escravos como forma de afirmação de poder, bem como afirma as relações entre as condições de feitoria do período, cargo esse assumido por negros que se dispunham a interesse próprio de atender aos senhores brancos.

As imagens nos livros didáticos reforçam a ideia de construção da identidade e da história de nosso país, as imagens de castigo têm seu valor para demonstrar as práticas cotidianas, no entanto, não devem sobrepor as diferentes memórias e histórias produzidas e experimentadas pelos negros que avançam os açoites e troncos, pois as mesmas auxiliam na elaboração da construção do imaginário do aluno, bem como na sua condição sujeito frente à sociedade e seu significado social, cultural e político, participante ativo de sua história. O que vemos é que o livro didático continua reafirmando uma visão elitista, branca e europeia de subordinação.

Na fala de Nilma Bentes (1993), analisamos a construção desse imaginário sobre a questão racial. “(..) se realimentam mutuamente, mas diferem um pouco entre si. O racismo, como doutrina da supremacia racial, se apresenta como a fonte principal de preconceito racial (...)”

O preconceito e o racismo nascem do convívio com outras pessoas, iniciando na família, passando pela convivência na escola e, conseqüentemente, esse preconceito se perpetua na sociedade, por isso é preciso combater, discutir e buscar quebrar esse processo negativo de pensamento e ações.

A lei 10639 tem esse intuito, de discutir e buscar quebrar o racismo que muitas vezes não é assumido pela população, mas quando há oportunidade as pessoas deixam transparecer. Um exemplo é quando a pessoa diz que não tem preconceito, mas se há uma vaga de emprego e existem duas mulheres, uma branca e outra negra, provavelmente a branca será contratada. Outro exemplo que ouvimos muito, é você tem um pé na senzala, ou a sua cor não nega.

São palavras ditas no dia a dia, que diminuem a autoestima do negro e o faz pensar, “Será que o negro realmente nasceu para ser escravo e nunca vai conseguir competir de igual para igual com o branco”.

Essa deve ser a luta que a escola precisa buscar, mas para isso acontecer é preciso que as instituições de ensino sejam menos preconceituosas e passem a

implantar a lei e não deixar simplesmente no papel é preciso colocar em pratica. E essa pratica depende de praticas pedagógicas positivas, pois como nos diz DOMINGUES (2011, p. 43):

Importante salientar a emergência da capacitação do professor envolvido no processo, não só no meio acadêmico de ensino superior, mas principalmente, aqueles educadores que atuam no ensino básico e no fundamental, que por uma formação que não ofereceu oportunidade de um conhecimento mais específico, bem como por falta de políticas públicas, ainda não sabem praticamente nada sobre cultura negra, embora estejam imersos em várias práticas culturais negras que já foram absorvidas como parte fundadora da cultura “brasileira”. Na maioria das vezes, ambos os grupos de professores se vinculam apenas aos conteúdos programáticos dos livros didáticos (geralmente desatualizados), que enfocam somente pontos como escravidão e servidão, ou então trabalham a consciência negra somente para os dias 13 de maio, 20 de novembro ou festa do folclore, deixando de apontar a importância do negro africano e seus descendentes em todo processo histórico social do país, que avança em datas e festejos. Como esses educadores vão ensinar a respeitar, cultivar e amar aquilo que não conhecem?

Analisemos então que a implementação da lei 10639/03 está longe dos bancos escolares, pois esta depende da formação e capacitação docente, quando devemos iniciar o processo educacional com o educador, com o diretor e com todos os envolvidos no sistema escolar, para que de fato a lei avance além do papel e do oficializado, para que não seja apenas mais uma lei engavetada ou ofuscada através de dias festivos e nada mais, como o dia 20 de novembro, como nos mostra a figura 14.



Imagem 6 - Dia da Consciência Negra. Capturado em google.com.br

As imagens analisadas, neste artigo, estão todas presentes nos livros didáticos e trazem a identidade negra associada a seres irracionais, sem vontade própria, sendo utilizados apenas para o trabalho escravo e subalterno ao homem branco, desqualificando qualquer indício de uma formação cultural e manifestação de vida, pois a todo o momento o negro é representado como um ser sem resistência, passível, e condicionado a servir o homem branco, a exposição ao sacrifício como prática social que repercute até hoje.

Verificamos que o livro didático ainda expõe a imagem de um povo marginalizado, excluído, dificilmente inserido em algum grupo de uma boa posição social, submetido à suposta “superioridade” branca dominante a qual ele não poderia fazer nada. Através deste viés, é preciso desmistificar esse discurso e inserir os atos de luta, resistência, cultura, manifestação, apresentar ao leitor o movimento negro e com isso resgatar a imagem dos seus descendentes.

### **Considerações Finais**

Nos livros analisados não percebemos nenhuma temática ou conteúdo sobre a busca pela igualdade do negro, suas lutas e conquistas. Nesse contexto, o aluno negro não se identifica com os livros de História utilizados pela instituição de ensino.

Os livros não trazem aos alunos nada sobre o Movimento Negro, a busca por sua liberdade e identidade, pois o aluno negro para se sentir igual, ele precisa se identificar como negro, ver suas conquistas e não ficar só observando uma imagem estereotipada do negro no tronco ou na senzala.

A diferença social por mais que a sociedade brasileira a negue é visível, nas ruas, nas escolas, nas empresas e em pesquisas, pois segundo dados das pesquisas realizadas por órgãos do governo e por organizações não governamentais (ONG), publicada no jornal Folha de São Paulo este nos diz:

[...] O Brasil branco recebe, portanto, uma renda 2.86 superior ao Brasil negro. “É um exercício para pensar como desigualdade e a pobreza no Brasil têm um evidente componente racial. A riqueza está concentrada entre os brancos, enquanto, entre os pobres, a maioria é de negros”, afirmou. A proporção de renda recebida pelos brancos (74,1%) é maior que a presença deles na população (53,8%). A parcela de renda apropriada pelos negros (pretos e pardos), 25,9% é inferior à presença deles na população (45,3%) e entre pessoas com rendimento (41,9%) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2003).

Para a mulher negra a situação é pior ainda, segundo dados da pesquisa.

[...] Se o homem branco é o principal detentor da riqueza do país, recebendo 50% da renda, a mulher negra fica em pior situação: deter apenas 8,1% dos rendimentos. A mulher branca, com 24,1% dos rendimentos, está em melhor situação que o homem negro, com 17,7% (FOLHA DE SÃO PAULO, 2003).

Com os dados da pesquisa acima, podemos analisar a situação precária em que o negro vive na sociedade brasileira, e com isso o aluno negro não possui perspectiva de uma vida melhor, fazendo com que a maioria desista dos estudos e proporcionando uma dificuldade maior de se inserir na sociedade.

É preciso ampliar uma discussão referente ao saberes educacionais da lei 10639/03 e se faz necessário um trabalho árduo de conscientização nas escolas, nas comunidades e sociedade com os educadores, pais e alunos sobre a igualdade do negro para com o branco, desmistificar a superioridade do branco e quebrar os estereótipos sobre o preconceito que ainda permeiam a sociedade e através da educação é possível mudar esse pensamento, temos à frente um grande desafio que é a busca da verdadeira democracia racial (PINTO; DOMINGUES, 2013), um espaço além do discurso, presente nas práticas cotidianas da sociedade brasileira, principalmente educacional que deve se comprometer com as questões étnico-raciais no intuito do dito e não dito, do positivo, ou seja, com políticas afirmativas.

## Referências

CHARTIER, Roger. **Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais.** In: \_\_\_\_\_. *A História Cultural entre práticas e representações.* Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DEBRET, Jean Batiste. ***Viagem pitoresca e histórica ao Brasil.*** Tomo segundo, Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. ***Quotidiano e poder.*** São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

DOMINGUES, ANDREA SILVA. **Experiências e Práticas Educacionais:** a lei 10.639/03 e a formação docente. In: IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do

Ensino de História - IX ENPEH, 2011, Florianópolis - SC. Anais do IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do ensino de História, 2011.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **O herói nacional para crianças:** Produção e circulação de imagens de Tiradentes na Escola Primária Brasileira. ANPED, 2012.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

HALL, Stuart. **Da Diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de Hoje.** São Paulo: Global, 2006.

PINTO, B. C. M.; DOMINGUES, A. S. **Educação e memória:** práticas educacionais em povoações remanescentes de quilombolas e indígenas na Amazônia Paraense, Brasil. Atas do I colóquio internacional de ciências Sociais da Educação / III Encontro de Sociologia da Educação. 1ed. Braga: Centro de Investigação em Educação / Universidade do Minho, 2013.

SANTANNA, Wania. **Dossiê assimetrias raciais no Brasil:** alerta para elaboração de políticas. Brasília, 2001.

SMITH, Frank. **Compreendendo a leitura:** uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

A lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003, alterou a lei nº 9394/96, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 03 de janeiro de 2011.

Charge Dia da Consciência Negra. Disponível em [www.google.com.br](http://www.google.com.br). Acesso em 02 de janeiro de 2011.

Folha de S. Paulo, Caderno Cotidiano 20 nov. 2003.